

260 mil mortes



Por **CARLA TEIXEIRA***

O pessimismo dos velhos e o dever de esperança dos jovens.

O Brasil passa pela pior crise sanitária e humanitária dos últimos cem anos. O crescente número de mortes, a falta de rumo na economia, o desemprego em massa, os choques políticos, a miséria social e as sucessivas medidas do governo federal para sabotar qualquer ação da parte civilizada da sociedade para conter o avanço da pandemia, nos coloca diante de uma tragédia que provoca profunda desesperança, principalmente à população mais velha da nossa sociedade.

Há aqueles que vaticinam o fim do Brasil, há os privilegiados da classe média que lamentam a impossibilidade de deixar o país, sem contar outros que, afogados na nostalgia, são incapazes de enxergar qualquer saída para o poço sem fundo que nos enfiamos. Todos esses sentimentos são compreensíveis. A geração que participou da redemocratização e enxergou na Constituinte de 1988 a possibilidade de fundação de um país democrático, com inclusão e justiça social, certamente fica entregue ao desalento e à desorientação com o adorador de torturadores que hoje ocupa a presidência da República, fazendo perceber um passado que nunca passa.

É possível afirmar que, entre outros motivos, a atual situação institucional é fruto do limitado acordo de redemocratização dos anos 1980, conciliado e acomodado, que permitiu aos torturadores e assassinos, assim como as corporações e instituições que compunham, serem alçados à nova ordem democrática sem qualquer responsabilização pelos atos violentos praticados contra a população. A manutenção da ideologia golpista e fantasiosa que impera nas Forças Armadas só poderia dar em Bolsonaro. As elites, oportunistas e parasitas, que historicamente demonstraram desprezo pelos valores da democracia sempre que estes entraram em choque com os seus interesses pessoais e de grupo, também anunciaram em seus comportamentos as fragilidades das instituições democráticas. Até aqui, o desfecho foi anunciado e não temos sequer o direito à surpresa.

Apesar dos pesares, é inegável que o país avançou em temas importantes: a saúde e a educação públicas e gratuitas são uma realidade, o desenvolvimento social, a proteção dos povos originários, das mulheres, da população LGBTQI+, dos quilombolas e a instituição de políticas de ações afirmativas demonstraram uma significativa caminhada rumo à ampliação da cidadania com direitos e justiça social. Estamos longe do ideal, mas é um erro histórico negar os avanços. Se o Brasil hoje parece horrível, nosso passado nos mostra que a situação já foi muito pior.

A República Velha (1889-1930) foi um momento de grande penúria para a população. O passivo social provocado pela abolição sem cidadania significou o surgimento de uma massa de marginais sem direitos num Estado liberal excludente, cuja principal função era garantir a hegemonia e os privilégios dos neorepublicanos escravocratas do café. A Revolução de 1930, que desembocou na Ditadura do Estado Novo(1937-1945), pode ser considerada o evento fundador do Estado Brasileiro, que passou a preocupar-se com a administração das suas riquezas naturais, com a construção de uma economia nacional-desenvolvimentista, a soberania nacional e a institucionalização de direitos sociais aos trabalhadores.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o país viveu um inédito período democrático (ainda que limitado, pois analfabetos não tinham o direito de votar, por exemplo), que resultou no avanço da organização dos trabalhadores e na demanda por reformas de base (reforma agrária, urbana, eleitoral etc) que não chegaram a se efetivar devido ao golpe de 1964. Durante a Ditadura Militar (1964-1985),vivemos o nosso pior período republicano, tendo a década de 1970 como o mais dramático momento político do país, apesar do crescimento econômico, com a perseguição e assassinato dos opositores ao governo,

aumento da concentração de riqueza e renda, e a ampliação da miséria a partir do crescimento urbano desordenado que resultou no surgimento das grandes favelas nas capitais.

Entre acertos e tropeços, um elemento fundamental de toda a nossa trajetória republicana é a mobilização popular. Foi a partir da organização do povo em associações, ligas e sindicatos que se conquistaram todos os direitos que os trabalhadores hoje dispõem. As grandes manifestações de massa, dos anos 1980, foram a pá de cal que obrigaram os militares a deixarem o poder e entrega-lo aos civis. Não é invenção, é a história.

Eduardo Galeano disse que a “história é uma senhora gorda, lenta e caprichosa”. Enquanto nos debatemos em tédio e horror, ela ri de nós. Nossa vida, limitada a algumas décadas, é incapaz de participar individualmente dos seus ciclos centenários, às vezes milenares. A história é como o curso de um rio: há momentos em que observamos seu movimento e este parece fazer uma curva voltando pra trás, mas na verdade o rio vai sempre adiante, em direção à sua foz, e é essa certeza que nos permite navegar com segurança na direção adequada, a despeito das surpresas e perigos que qualquer rio abriga.

Apesar das quase 260 mil mortes, acreditar que tudo está perdido é privilégio de quem tem onde dormir e o que comer. Para aqueles entregues à miséria a partir do rompimento do pacto democrático, com o golpe de 2016, apenas a esperança de um futuro com dignidade e justiça social importa. Aos velhos, que têm como expectativa de vida mais 10 ou 20 anos, é compreensível imaginar que o país está perdido. Quebrar a esperança era a tática utilizada pelos torturadores para subjugar os presos políticos nos porões da ditadura. Conhecendo esta prática, não podemos nos render a ela.

Aos jovens cabem cultivar em si o dever da esperança que mobiliza e movimenta na construção de um país mais justo, inclusivo e democrático, uma nação que corresponda aos anseios da sua população que quer pão e moradia, trabalho e dignidade, escola e saúde, não armas e violência. Nossa história republicana é marcada por ditaduras e violações superadas em seu tempo, de acordo com a maturidade política e a capacidade de organização popular. Não será Bolsonaro e sua destruição que nos tirará o desejo de aprofundar a democracia e promover a revolução social que o Brasil precisa, e a história exige.

***Carla Teixeira** é doutoranda em História na UFMG.